

As representações sobre educadores católicos e leigos na *Revista Vozes* durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)

Representations of catholic and lay educators in *Revista Vozes* during the brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985)

Darciel Pasinato¹

darciepasinato1986@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4167-2025>

Jorge Luiz da Cunha²

jl Cunha11@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4056-8859>

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar e compreender as representações sobre os educadores católicos e leigos nas páginas da *Revista Vozes*, criada em 1907 pela Ordem dos Frades Menores (franciscanos), evidenciando relações de contexto do período que compreende a Ditadura Civil-Militar brasileira. A base metodológica concentra-se na análise documental histórica, utilizando como fonte os artigos publicados na *Revista Vozes* nas décadas de 1960 a 1980. O conceito de representação compõe o repertório de apoio teórico que sustenta a discussão realizada neste estudo, fundamentado na perspectiva de Roger Chartier (1991, 1998, 2009, 2011). Por meio dos artigos analisados é possível perceber que, entre as representações construídas ao longo dos anos, está a ideia de que o ensino católico foi julgado pelas elites como de excelente qualidade, em razão da dedicação dos educadores católicos e, por sua vez, a Igreja Católica estava convencida de que deveria preservar sua influência formando os futuros quadros dirigentes do país. Sendo assim, a escola católica servia aos interesses do Estado, das classes dominantes e médias e igualmente aos religiosos.

Palavras-chave: educadores católicos e leigos, *Revista Vozes*, Ditadura Civil-Militar brasileira.

Abstract: The objective of the present paper is to analyze and understand the representations of Catholic and Lay Educators in the pages of *Revista Vozes*, created in 1907 by the Order of Friars Minor (Franciscans), highlighting the contextual relations of the period comprising the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The methodological basis concentrates on a historical documentary analysis, using the articles published in *Revista Vozes* between the 1960s and the 1980s as sources. The concept of representation makes up the theoretical repertoire that supports the discussion carried out in this study, based on the perspective of Roger Chartier (1991, 1998, 2009, 2011). Through the analyzed articles, it is possible to observe that among the representations built over

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, Avenida Unisinos, Bairro Cristo Rei, 93022750 - São Leopoldo, RS, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Bairro Camobi, 97105900 - Santa Maria, RS, Brasil.

the years is the idea that the Catholic teaching was judged to be of outstanding quality by the elites due to the dedication of the Catholic educators and, in turn, the Catholic Church was convinced that it had to preserve its influence, educating the future leaders of this country. Therefore, the Catholic school served the interests of the State, the ruling and middle classes and also of the religious.

Keywords: catholic and lay educators, *Revista Vozes*, brazilian Civil-Military Dictatorship.

Introdução

Após a separação da Igreja Católica do Estado Brasileiro, com a Proclamação da República em 1889, o episcopado brasileiro buscou recuperar seu espaço na sociedade com base nas diretrizes que procediam do Vaticano, a partir da Encíclica papal *Rerum Novarum*³, publicada em 1891. Nesse cenário e com a intenção de promover o surgimento de uma intelectualidade católica no Brasil, um grupo de frades franciscanos de origem germânica criou, em 1907, a *Revista Vozes*. O sucesso do periódico foi tão grande que a tipografia comandada pelos franciscanos que publicavam a Revista passou a adotar o nome Tipografia Vozes, hoje conhecida como Editora Vozes. A Revista, como o nome indica, pretendia ser a voz da intelectualidade católica brasileira (Andreo, 2015).

Em linhas gerais, a política editorial da *Revista Vozes* até 1966 foi conservadora, no que diz respeito ao âmbito político. No contexto dos anos 1930 até 1950, adotou posicionamentos favoráveis a regimes autoritários, como o de Salazar em Portugal e de Franco na Espanha; e, ainda em 1936, apoiou uma postura ambígua frente ao nazifascismo, interpretando-o como positivo e aceitável para opor-se ao avanço do comunismo. Além disso, acompanhando boa parte do meio católico brasileiro, no início da década de 1960, o anticomunismo destacou-se na Revista, que inclusive apoiou o golpe civil-militar de 1964 (Andreo, 2015).

Entre as décadas de 1960 e 1980, a *Revista Vozes* iria manter periodicidade mensal, com 96 páginas em cada número; porém, a partir da década de 1970, retornou a 80 páginas, passando a publicar dez números anuais. Em relação aos textos, as imagens praticamente inexisiam e quando apareciam eram ilustrativas, padrão que iria se manter ao longo das duas décadas que analisamos. As propagandas eram raras e se restringiam ao anúncio de obras lançadas pela Editora Vozes.

O estudo de natureza documental tem como objetivo analisar e compreender as representações sobre os educadores católicos e leigos nas páginas da *Revista Vozes*, criada em 1907 pela Ordem dos Frades Menores (franciscanos), evidenciando relações de contexto do período que compreende a Ditadura Civil-Militar brasileira. O artigo além da introdução e das considerações finais, se divide em três seções. Na primeira seção, estudamos a criação da Editora Vozes e da *Revista Vozes*. Na segunda, investigamos as políticas educacionais da Ditadura Civil-Militar brasileira. Na terceira e última seção, analisamos as representações sobre os Educadores Católicos e Leigos nas páginas da *Revista Vozes*.

A criação da Editora Vozes e da Revista Vozes

Toda a extensão da fragilidade organizacional do catolicismo foi desvelada com a separação entre Igreja e Estado realizada após a proclamação da República em 1889, no início do governo provisório e da Constituição Federal de 1891, que decretou o Estado brasileiro como laico. Os artigos relevantes à matéria religiosa trouxeram as marcas do Decreto 119-A. Aquino (2012) destaca que o princípio liberal da separação entre Estado e Igreja foi mantido e suportou as providências do reconhecimento estatal apenas do casamento civil, liberdade de culto desde que fossem respeitadas as leis republicanas, ensino laico na escola pública, impedimento de voto aos sujeitos a juramento de obediência e proibição de subsídio de cultos ou obras religiosas por parte da União ou dos Estados.

Azevedo (2002) salienta que no momento da separação legal entre a Igreja e o Estado existiam somente 12 dioceses e 13 bispos em todo o Brasil, e apenas 700 padres. Com a dedicação do episcopado nacional e a ajuda de Roma, a Igreja Católica no Brasil recuperou suas

³ Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. Foi uma resposta da Igreja Católica ao fortalecimento do liberalismo e do capitalismo na Europa. Foi promulgada depois da Revolução Industrial e do Manifesto Comunista de 1848. O Papa Leão XIII é considerado um intelectual que renovou a filosofia cristã, deu novo impulso aos estudos sociais e estimulou os estudos bíblicos. É assumida uma posição da Igreja em relação à questão social e ao socialismo. A Encíclica analisa a situação dos operários partindo das formas antigas de socialização (agregações) e a indiferença dos poderes públicos. Critica a proposta socialista para o enfrentamento da questão. Apesar de condenar o modelo capitalista (exploração da força de trabalho assalariado), a Igreja Católica condenava o critério socialista da propriedade privada. Como a Igreja considerava a propriedade privada um direito natural, o socialismo era considerado injusto por propor a destituição da propriedade privada (Mendes et al., 2016).

receitas, conseguiu retomar seu patrimônio imobiliário, reconstruiu as casas de formação e seminários e aumentou sua presença no território nacional, além de inserir-se nas atividades escolares.

Em março de 1901, o Discretório dos Franciscanos deu licença para o funcionamento da oficina, com o nome de *Typographia da Escola Gratuita São José*. Tocada à mão pelo frei Matthias Hermanns e sob direção do frei Inácio Hinte, a Alauzet funcionou imprimindo cartões de visita para o frei Ciríaco Hielscher, antes do periódico produzir materiais didáticos. Diante da aceitação da *Revista Vozes* perante o público leitor, em 1911, os franciscanos mudaram o nome da empresa de *Typographia da Escola Gratuita São José para Administração da Vozes de Petrópolis* (Andrades, 2004).

A Editora *Vozes*, no início, estava instalada no pórtico de um convento franciscano, com apenas uma máquina antiga tocada à manivela. Em apenas dez anos tornou-se conhecida em várias regiões do Brasil e até no exterior, “[...] com um catálogo de aproximadamente 200 títulos, diversos deles com várias reedições, prédios próprios, grandes máquinas importadas, dezenas de funcionários, autores, tradutores e duas revistas de circulação nacional” (Andrades, 2004, p. 2).

Talvez uma explicação para esse sucesso possa ser encontrada nas relações de proximidade dos dirigentes da Editora *Vozes* (frades franciscanos) e integrantes da elite eclesial com os integrantes da elite política e econômica, uma vez que a elite eclesial brasileira se caracterizava por manter laços com o poder político e econômico do país. Temos que levar em conta que boa parte dos bispos brasileiros eram membros de famílias oligárquicas ou filhos e irmãos de políticos e coronéis.

A partir da década de 1940, a Editora *Vozes* começou a se expandir. De uma loja pequena na cidade de Petrópolis, num espaço curto, a Editora se expandiu para quatro lojas, atendendo em três importantes capitais: Rio de Janeiro (1940), São Paulo (1942) e Belo Horizonte (1957). Para poder dar conta dessa expansão, os administradores fizeram importantes investimentos. Aumentaram o número de empregados na matriz para cerca de 100 pessoas. Na livraria trabalhavam 26 pessoas, nas oficinas 70, mais 4 pedreiros e marceneiros. Nesse contexto, Andrades (2001b, p. 42) destaca que ao parque gráfico da Editora *Vozes*, “[...] que contava com 79 máquinas, foram adicionadas 51 máquinas, totalizando 130 máquinas, colocando-a entre as maiores gráficas da América Latina no período”. O prédio teve que ser ampliado, passando a ocupar um espaço de 3.784 metros quadrados de área construída.

Em 1962, a mudança mais significativa na direção da Editora *Vozes* foi a eleição do frei Ludovico Gomes de

Castro para o cargo de Diretor-Geral da Editora, função que exerceu até 1986. Frei Stulzer continuou na empresa assessorando frei Castro e como redator da *Revista Vozes*. Durante sua gestão, houve uma abertura aos profissionais leigos nos processos de decisão, investindo na publicação de livros universitários e religiosos caracterizados pela ousadia e a pluralidade, além da expansão do parque gráfico e da rede de comercialização. Uma das grandes preocupações de Castro foi a formação de um competente grupo de assessores (Andrades, 2001a).

Na década de 1970, a Editora importou mais uma máquina offset, da marca Müller. Foi inaugurada em 1976, com um almoço oferecido aos diretores das editoras do Rio de Janeiro. Nas palavras de Andrades (2001a, p. 139), “[...] essa máquina aumentou em 20% a capacidade de produção da Editora *Vozes*. Assim que a máquina começou a operar em dois turnos, o aumento foi de 35%”. Porém, a maior importação do período foi no final da década de 1970, quando a Editora comprou a máquina *Planeta Super Variant P-26*, da Alemanha, que conseguia imprimir em duas cores. Essa máquina foi a quinquagésima unidade produzida pela fábrica alemã e a primeira que foi montada na América Latina. Portanto, a Editora *Vozes* estava à frente na evolução do setor gráfico do mercado de editoras do Brasil.

O resultado dos investimentos de frei Castro durante sua gestão de mais de duas décadas na melhoria do parque gráfico pode ser observado na capacidade de produção da Editora durante sua gestão: “A marca de 6.500.000 livros produzidos no ano-exercício de 1985 manteve a Editora *Vozes* permanentemente classificada entre as três maiores editoras do Brasil” (Andrades, 2001a, p. 142). Só para comparar com a gestão anterior, o crescimento foi de 128% na capacidade de produção.

Na gestão do frei Castro, a Editora iniciou as publicações universitárias nas áreas de Pedagogia, Sociologia, Psicologia, Comunicação, entre outras. Durante as décadas de 1970 e 1980, a ênfase na publicação de livros universitários foi mais significativa, tanto que a Editora lançou, em 1977, um catálogo de 116 páginas para os livros universitários, e um outro com o mesmo número de páginas para os livros religiosos. Investiu na publicação de livros nas áreas da Administração, Educação, Tecnologia, História, Filosofia, entre outras. Também publicava trabalhos de monografias, dissertações e teses de pesquisadores nacionais e obras de autores de relevância no mundo científico.

Em 1907, os franciscanos, sob a liderança de frei Inácio Hinte, fundaram uma Revista de Cultura, a *Vozes de Petrópolis*, cuja primeira edição foi impressa em julho de 1907. De periodicidade mensal, a *Revista Vozes* teve seu nome inspirado no jornal alemão *Stimmen der Zeit*

(*Vozes do Tempo*), muito lido pelos franciscanos desse período. A *Revista* era mensal, com mais de 70 páginas, no formato americano (14 x 21 cm) com ilustrações. Segundo Andrades (2001a, p. 33, grifo nosso), no editorial do primeiro número, a opção plural da *Revista* é clara: “[...] a *Vozes de Petrópolis* terá caráter geral e não puramente religioso. Trará a nossa *Revista* artigos variados que terão o cunho da atualidade”.

Neotti (2007, p. 49, grifo nosso) ressalta que “[...] até os anos 1940, a *Vozes de Petrópolis* foi a única, digamos assim, revista da elite intelectual católica”. Com a chegada de outras ordens religiosas, como os maristas, os jesuítas e as congregações femininas, multiplicaram-se as escolas. Por um período longo, as escolas católicas foram a base financeira da *Revista* através de assinaturas. Diversos professores passaram a assiná-la, devido ao contato com a mesma nas escolas.

A repercussão da *Revista Vozes* foi grande. Em pouco tempo espalhou-se por todos os estados do Brasil. Dois anos após o lançamento, o impresso já contava com “[...] 1.700 assinantes, fora as vendas avulsas” (Andrades, 2001b, p. 34). A partir desse momento, tornou-se uma rotina receber exemplares de jornais de outras regiões do país, comunicando que tinham transcrito artigos da *Revista Vozes*. Tanto que os redatores oficializaram o processo, criando uma seção no periódico intitulada *Transcrições das Vozes de Petrópolis pelos colegas*.

No final da década de 1950, duas tendências alcançaram influência dentro da Igreja Católica brasileira: os reformistas, que apoiavam o envolvimento da Igreja com questões sociais e os conservadores, que concordavam com a acomodação à secularização e, discordavam do envolvimento da Igreja na política. De acordo com Cancian (2016, p. 108), as diferenças e rivalidades ideológicas dentro da Igreja “[...] se ampliaram dramaticamente no esteio da crise da sociedade brasileira decorrente da acentuada polarização entre as elites políticas nos anos que precederam o golpe militar de 1964”.

Em meados dos anos 1960, a *Revista Vozes* defende o golpe de 1964, pois, segundo as palavras de Andreo (2014, p. 2), “[...] era contrária ao diálogo entre cristãos e marxistas, configurando-se como antirrevolucionária, anticomunista, além de ferrenhamente crítica às religiões de ascendência africana”. Em 1966, os assuntos de vínculo católico aparecem ainda em grande proporção no periódico, porém começam a conviver com temáticas culturais e com abordagens e análises de questões ligadas aos problemas sociais do Brasil e do mundo.

A posição católica em relação ao anticomunismo era reiterada e justificada. A ausência de liberdade de credo era o ponto atacado pela argumentação que tinham os colaboradores através da *Revista Vozes*. Em várias si-

tuações foi abordado o perigo de deixar entrar o mundo vermelho no país. No mundo rural, essa questão também foi denunciada, através de textos publicados, como uma verdadeira ameaça à democracia vigente no período. A partir da década de 1970, por causa da Ditadura, as abordagens sociopolíticas desapareceram dos espaços de destaque do impresso, além de ocorrer uma mudança importante no tom dos debates quanto aos recortes temáticos (Andreo, 2014).

Contudo, a partir de meados dos anos 1960, o regime autoritário trouxe as marcas do desprezo aos direitos civis, políticos e sociais. Eram os anos de chumbo que se iniciavam, definidos pela perseguição aos dissidentes e a todos aqueles que, de alguma forma, contra ele se insurgissem. Ao tomar a bandeira dos direitos sociais e humanos, “[...] o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente, depois da publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5)” (Neves e Passos, 2004, p. 74). Com esse golpe de Estado, o Congresso Nacional foi fechado, a liberdade civil e de imprensa também foram eliminadas.

Depois de 1968, a Ditadura Civil-Militar passou a contar com leis discricionárias e um amplo aparato de repressão. Nessa circunstância, “[...] a região Nordeste se converteu no centro dinâmico do envolvimento da Igreja com as lutas sociais das classes populares, desencadeando conflitos com os governos militares” (Cancian, 2016, p. 111). As políticas desenvolvimentistas recaíram sobre a construção de grandes programas de infraestrutura nas regiões de fronteira agrícola e o incentivo à expansão da agroindústria. Os projetos de modernização econômica favoreceram os latifundiários, revelando-se extremamente excludentes para os trabalhadores camponeses, comunidades indígenas e populações locais. A consequência foi uma espiral dos conflitos sociais que se intensificaram com o uso da violência repressiva estatal e privada.

Neotti (2007) conta que, na década de 1960, recebeu uma importante ajuda do padre José de Vasconcellos, presidente da Associação de Educação Católica (AEC) e membro do Conselho Federal de Educação (CFE). Precisava visitar as escolas católicas e Vasconcellos sugeriu que fosse elaborado um boletim mensal para os professores e escolas ligadas à AEC. Do mesmo modo, questionou se seria possível sair como suplemento da *Revista*. Neotti (2007) descreve que abrigou, não como suplemento, mas como caderno especial, o boletim de 16 páginas mensais, com material didático no período de maio de 1966 a dezembro de 1969, até que Vasconcellos deixasse o cargo. Com isso, conseguiu assegurar as assinaturas das escolas católicas de todo o Brasil e as de diversos professores.

Na *Revista Vozes* havia uma seção específica para publicação de notícias gerais da AEC, denominada *Cader-*

no da *AEC do Brasil*. Percebe-se que não era um formato de encarte, e sim uma seção da *Revista Vozes, Caderno da AEC do Brasil*, que trazia “[...] notícias sobre as escolas católicas, os movimentos de interesse das escolas e textos de formação para seus associados” (Tannús, 2008, p. 111). Ela indica, de certa maneira o apoio dado por uma parte significativa da Editora Vozes à AEC, cedendo espaço em sua principal Revista.

Entre 1967 e 1968, a *Revista Vozes* abriu uma nova linha editorial para os novos temas propostos pelo Concílio, a fim de se tornar conhecida aos intelectuais, principalmente aos da nova geração, sem desprezar os mais velhos, porque não haveria renovação sem respeito ao passado. Com isso, precisaria tratar os assuntos educacionais de outra maneira. Matérias, editoriais, assim como os aspectos gráficos gerais, capa, contracapa e ilustrações foram influenciados pela mudança de postura da Igreja Católica. Em 1968, foi realizada a Conferência Episcopal Latino Americana⁴ (CELAM) em Medelín, que “[...] reforçou o que ficaria determinado no Concílio Vaticano II, porém na dimensão do continente latino americano” (Tannús, 2008, p. 4).

Neotti (2007) chama a atenção para a questão da censura da Ditadura à imprensa, principalmente no Governo Médici. A *Revista Vozes* estava fichada no Serviço Nacional de Informações (SNI) como Revista filosófica de esquerda, não panfletária. O impresso nunca foi agredido, justamente porque tinham o cuidado de montar o número da Revista atrás de expressões que não constavam no dicionário dos censores da Ditadura:

Problemas de linguística descritiva, Semântica Estrutural, Semiologia e Teoria do Discurso, História das estórias em quadrinhos, Dinâmica e Descompasso, Ideologia anacrônica, Festival do Subconsciente, O Salto para o Objeto, A Poética da Denotação, Cibernética e Ideologia (Neotti, 2007, p. 50).

Se a censura da Ditadura não atingiu o periódico, ele foi atingido pela censura do Vaticano. O Núncio Apostólico em pessoa, Dom Sebastião Baggio, foi a Petrópolis reclamar do artigo do padre Jaime Snoek⁵ sobre a homofilia⁶. Disse que concordava com o conteúdo, porém o tema não ficava bem numa Revista Católica. Além

disso, Baggio se incomodou com um pequeno artigo de pouco mais de três páginas, com o título *Quem informa o Papa*. Nas palavras de Neotti (2007, p. 51), “[...] a nota fazia uma comparação entre um Manifesto de católicos mineiros, apegados aos tempos anteriores ao Concílio, e uma carta admoestativa do Papa Paulo VI à CNBB”. A nota concluía que a carta do Papa estava calcada sobre o Manifesto Mineiro, condenado pela Conferência dos Bispos do Brasil.

Neotti (2007) descreve que, por razões financeiras e pelo fato dos assinantes terem se reduzido a 375 e a venda avulsa chegado a 84, o Conselho Diretor da Editora Vozes reconheceu que o periódico não despertava mais interesse. Alegava que todos os campos que o impresso costumava cobrir estavam ocupados por outras revistas especializadas e, por isso, em 2003, o periódico deixou de existir por três motivos: primeiro, o alto déficit da *Revista Vozes*; segundo, não conseguir nenhuma proposta que pudesse modificar o quadro; e terceiro, falta de foco da publicação, sendo este o ponto que mais pesou em todo esse processo.

As políticas educacionais da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)

No que se refere à educação durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, após o Golpe de Estado de 1964, o Ministério da Educação procurou firmar acordos de cooperação financeira com a agência norte-americana responsável por auxiliar países subdesenvolvidos em relação à educação. Os acordos envolvendo Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) incluíram todos os graus de ensino, até o profissional. Tais medidas, orientadas pela doutrina de interdependência, entravam em conflito com a orientação nacional desenvolvimentista, seguida pelas reivindicações dos estudantes.

A partir de 1964, a privatização do ensino, no sentido empresarial, seria reforçada. Porém, é importante situar que os mecanismos de reforço da privatização foram os seguintes: “[...] o aumento de repasses dos fundos públicos federais, destinados às escolas privadas e a criação de uma porcentagem de 5% do Fundo Nacional do Ensino

⁴ Os ventos conciliares (1962-1965), reforçados pelas posteriores conferências do CELAM, promoveram, como reflexo no ensino superior, o pressuposto de que o bem e o respeito à pessoa humana, com uma visão aberta para a sociedade pluralista, deveriam fomentar a conscientização dos universitários. A função do ensino superior, para o engrandecimento do país e com respeito à dignidade humana, poderia se resumir em formação integral dos alunos, nos seguintes planos: da formação profissional, técnica e cultural, bem como da formação das consciências (valores) e ética. Enfim, a formação integral do ser humano (Tannús, 2008).

⁵ Entrou para o seminário em 1935 e foi ordenado padre em 1947. Chegou ao Brasil em 1953. Juntamente com as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, criou a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1958. Foi um dos fundadores do curso de Ciências da Religião da UFJ, em 1976, onde também foi docente. Em 1980, fundou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ainda, se destacou por organizar um dos mais importantes acervos bibliográficos no campo das ciências humanas e sociais do Brasil: a Biblioteca Redentorista.

⁶ Texto publicado no início da década de 1980 na *Revista Vozes*.

Superior para as escolas superiores privadas” (Comparato, 1987, p. 110). Até então, o Fundo Nacional de Ensino Superior financiava apenas o ensino público. Após o golpe civil-militar, passou a financiar as universidades e escolas privadas também.

Depois do golpe de 1964, três atos institucionais e várias emendas modificaram a Constituição Federal de 1946. Assim, no início de 1966, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, então presidente, decidiu deixar para seu sucessor uma nova Constituição Federal que “[...] incluísse de maneira uniforme e harmônica essas modificações e que representasse a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução” (HORTA, 2001, p. 202). Em relação à educação, continua Horta (2001), a Constituição de 1967 propõe três modificações:

[...] a gratuidade do ensino oficial para todos deveria ser estendida ao ensino secundário; a gratuidade no ensino estaria condicionada não apenas à falta ou insuficiência de recursos dos alunos, mas também ao seu merecimento e seria permitido ao Estado remunerar os professores de religião (Horta, 2001, p. 217).

Em dois artigos apenas, a Constituição Federal de 1967 reafirma o direito de todos à educação, a liberdade da iniciativa privada, obrigatoriedade do ensino primário e a liberdade de cátedra. Não havia referência à gratuidade do ensino, a vinculação orçamentária e sua organização em sistemas. Em relação à gratuidade, foi substituída, no ensino médio e superior, pela concessão de bolsas a estudantes carentes de recursos, exigindo aproveitamento e reembolso, no caso do ensino superior (Horta, 2001).

Em 1967, o governo militar enviou ao Congresso um Plano de Educação Continuada de Adultos, pelo qual a alfabetização e a educação continuada teriam caráter de prioridade no MEC, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como seu órgão executor. Tratava-se de um programa para enfrentar o problema da educação de adultos. Nesse mesmo ano foi promulgada a Lei n. 379, pela qual ficava criado o MOBRAL, sob a forma de Fundação, com sede no Rio de Janeiro (Souza, 1981).

O método MOBRAL de alfabetização, nas palavras de Souza (1981, p. 183), “[...] consiste num curso básico de cinco meses, para ensinar a ler, escrever e contar, incluindo ainda noções gerais, de acordo com o que fora previsto pelo Plano Nacional de Alfabetização”. Esses conhecimentos eram ensinados por monitores que não eram educadores com formação e recebiam como salário um valor simbólico. Os resultados do MOBRAL, segundo dados da década de 1970, “[...] apontavam cerca de 4 milhões de alfabetizados, sendo que metade desse número só no ano de 1972” (Souza, 1981, p. 183). Porém, os métodos

do MOBRAL foram questionados. Argumentava-se contra esse modelo de alfabetização que, quando o indivíduo concluía o curso, regredia ao estágio de semianalfabeto.

Para a economia brasileira, a alfabetização era entendida como sendo importante para qualificar a força de trabalho, melhorar o padrão de vida, e isso iria contribuir para o desenvolvimento. Sobre essa questão, Cunha (1980, p. 271) coloca que, “[...] além da alfabetização ser entendida como contribuinte do desenvolvimento do país, ela é vista, também, como um meio de elevar os lucros dos empresários”.

Em relação à Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau, o projeto que deu origem à Lei n. 5.692/71 decorreu dos estudos elaborados por um Grupo de Trabalho instituído pelo presidente general Emílio Garrastazu Médici, através do Decreto n. 66.600. Após a apresentação e instalação, o Grupo de Trabalho dividiu seu relatório em sete seções. A primeira seção trata da estrutura preconizada. A segunda seção cuida da concepção de currículo que elabora o anteprojeto. A terceira seção aborda a organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino. O tema da quarta seção é o ensino supletivo. A quinta seção tem como objetivo a formação e regime de trabalho dos professores e especialistas. A sexta seção trata da questão do financiamento do ensino. Por fim, a sétima seção, justifica as condições para a implantação da reforma proposta (Saviani, 2004).

A Lei n. 5.692/71 introduz a distinção entre a terminalidade ideal, que correspondia à escolaridade completa de primeiro e segundo grau com a duração de 11 anos, e a terminalidade real, recomendando-se a antecipação da formação profissional de modo a garantir que todos, “[...] mesmo aqueles que não cheguem ao segundo grau ou não completem o primeiro grau, saiam da escola com algum preparo profissional para ingressar no mercado de trabalho” (Saviani, 2004, p. 7). Em outros termos, admitiu-se que nas regiões menos desenvolvidas, nas escolas mais carentes, para a população geral, a terminalidade real ficaria abaixo daquela prevista na lei. Nesses casos, o aluno deveria receber algum tipo de preparo profissional para ir ao mercado de trabalho. Em consequência, o Estado brasileiro não foi capaz de democratizar o ensino, ficando distante da organização de uma educação pública democrática em nível nacional.

No entanto, a profissionalização compulsória do ensino de segundo grau enfrentou diversos obstáculos, sendo revogada pela Lei n. 7.044/1982. A partir desse momento, a profissionalização perdeu o caráter universal e compulsório da Lei n. 5.692/71. Diante disso, a situação da educação configurada a partir das reformas empreendidas pela Ditadura Civil-Militar tornou-se alvo de críticas dos educadores, que se organizavam em associações de

vários tipos, processo que iniciou na década de 1970 e se intensificou ao longo dos anos 1980.

Na década de 1970, após a Reforma Universitária, ocorreu a implantação das licenciaturas curtas, que expressava a dimensão econômica, encarada como investimento, gerando mercadoria (conhecimento) e mão de obra para o mercado. O papel das licenciaturas curtas atendia à lógica do mercado: “Habilitar um grande número de professores da forma mais viável economicamente, cursos rápidos e baratos exigindo poucos investimentos para sua manutenção” (Fonseca, 1995, p. 26). Essa questão contribuiu para o aumento desses cursos nas instituições privadas, fazendo do ensino uma fonte de lucro para as empresas educacionais.

Nascimento (2012) coloca que os militares justificaram a criação das licenciaturas curtas pelo fato da escola média brasileira ter se defrontado com um obstáculo à sua expansão, ou seja, o déficit de pessoal qualificado, que obrigava à improvisação de professores em detrimento dos padrões de ensino. Os índices de escolaridade,

[...] haviam crescido significativamente, mas sem uma política de formação de professores que correspondesse às novas necessidades da escola brasileira. A historiografia da educação aponta os anos 1930 como o marco inicial para o processo de construção de um sistema nacional de ensino. Nestes anos, se estabeleceram as primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, responsáveis por formar, em nível superior, os professores (Nascimento, 2012, p. 341).

Nesse sentido, salientamos que os exames de suficiência foram adotados para a seleção de professores para atuarem no ensino secundário. Requeria-se destes profissionais o mínimo de capacidade para lecionar. Na verdade, o sistema educacional brasileiro defrontava-se com o desafio de preparar em um prazo curto um número de professores que satisfizesse as necessidades do magistério em termos não só de quantidade, mas de qualidade também.

Para executar esse modelo de escola, foram criadas pelo Decreto-Lei 869, de 12 de setembro de 1969, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), de caráter obrigatório, substituindo a Filosofia, e a de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), sucedendo à Sociologia para evitar o debate político, ao mesmo tempo que garantia a transmissão de conteúdos e valores ligados à manutenção da ordem ditatorial vigente. Os efeitos destas disciplinas estavam relacionadas com a manutenção da ordem, através do civismo, patriotismo, na preservação do espírito religioso, do culto à obediência à lei e da fidelidade ao trabalho. Também foram alterados os conteúdos e objetivos da disciplina de Organização

Social e Política Brasileira (OSPB) criada no início da década de 1960 (Souza, 2015).

Docentes e estudantes procuraram desenvolver técnicas para identificar os espíões e demais agentes infiltrados do contexto da Ditadura, porque a censura se instalou no dia a dia das salas de aula. O perigo estava em qualquer lugar, pois as direções das universidades e faculdades eram cúmplices com a repressão e facilitavam a localização de professores e estudantes que eram acusados de criticarem e se oporem à ordem política. Diante desse quadro preocupante, professores, entre 1978 e 1979, nas grandes cidades, resolveram desafiar o governo fazendo greves. Segundo Lira (2010, p. 312), “[...] a combatividade demonstrada nas lutas contra o governo e o peleguismo sindical foi um exemplo fundamental para outras categorias de trabalhadores na luta pelo fim da Ditadura”. Os docentes fizeram um esforço para colocar a educação no centro do debate político nesse período.

Devido à exclusão do princípio da vinculação orçamentária, “[...] o governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação: desceu de 7,6% (em 1970), para 4,3% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,2%” (Saviani, 2008, p. 296). Paralelamente a essa eliminação da vinculação financeira, a Constituição Federal de 1967 sinalizou na direção do apoio ao ensino privado, quando reza no artigo 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” (Brasil, 1967).

A Ditadura Civil-Militar brasileira durou 21 anos. Foi marcada por uma produção legislativa que deixou uma Constituição, Atos Institucionais, decretos, entre outros. A legislação da educação resultou de um processo de disputas sociais, que expressava os projetos políticos que as classes dominantes recomendaram para a sociedade brasileira. A Ditadura procurou favorecer os interesses capitalistas no Estado e na sociedade civil, promovendo a privatização do ensino. Nessa perspectiva, os governos militares contribuíram para a crise geral na educação brasileira.

As representações sobre educadores católicos e leigos nas páginas da *Revista Vozes*

O conceito de representação compõe o repertório de apoio teórico que sustenta a discussão realizada neste estudo, fundamentado na perspectiva de Roger Chartier (1991, 1998, 2009, 2011). A importância da noção de representação permite articular os seguintes registros de realidade: por outro lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social

e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam julgam e agem (Chartier, 2009).

A noção de representação não nos afasta do real nem do social. Auxilia os historiadores a se desfazerem da ideia limitada do real, insistindo na força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas. Nessa perspectiva, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos. Coordenar a história da cultura escrita dando-lhes uma pedra fundamental a história das representações é vincular o poder dos escritos aos das imagens que permitem escutá-los, e às categorias mentais, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos (Chartier, 1998).

O conceito de representação é um apoio para que se pudessem assinalar e articular as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social. Nas palavras de Chartier (2011), qualquer fonte documental que

[...] for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. Então, tal como entendo a noção de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua ideia do real, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações (Chartier, 2011, p. 23).

Nesse sentido, representações são esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível, e o espaço decifrado. As representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 1991).

Portanto, é importante salientar que todos os artigos publicados sobre educadores católicos e leigos, assim como outros assuntos, antes de serem publicados, passavam pelas mãos dos editores. No caso da *Revista Vozes*, eram frades franciscanos. Outra questão nos artigos que analisamos e que estava presente como pano de fundo o ponto de vista da Igreja Católica brasileira em relação à educação, pelo fato da Igreja ter muitas escolas espalhadas em diversas regiões do Brasil. O público-alvo das escolas católicas, em sua maioria, eram filhos das elites do país. Mesmo assim, havia alunos das classes baixas que estudavam através de bolsas de estudo financiadas pelos governos militares.

Samara e Tupy (2010) destacam a relação entre o historiador e sua principal ferramenta de trabalho, o documento histórico. A ideia mais comum é que o contato do historiador com sua ferramenta de pesquisa (documento escrito) ocorre em arquivos públicos de abrangência nacional, estadual ou municipal, e, em seguida, em arquivos particulares, museus, bibliotecas, entre outros.

Contextualizar o documento que coletamos é fundamental para o ofício do historiador. Dificilmente o documento é neutro, pois sempre carrega consigo a opinião da pessoa ou do órgão que o escreveu. Sobre isso, acreditamos que um dos pontos decisivos do uso de fontes reside na necessidade de se entender o significado das palavras e expressões no contexto de sua época. Dessa forma, Bacellar (2005, p. 63) ressalta que “[...] sabemos que os significados mudam com o tempo, mas não temos, de início, obrigação de conhecer tais mudanças”.

Nas palavras de Ragazzini (2001) a fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido:

[...] é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, mas não está no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (Ragazzini, 2001, p. 14).

Além disso, destacamos que as fontes permitem encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade do seu processo de produção. Também, para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro, e para reconhecer é essencial atribuir significado, ou seja, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. Ao representar o trabalho historiográfico como uma ponte para o passado, chega-se à conclusão de que a relação do historiador com as fontes é uma das bases fundamentais da pesquisa. A relação com as fontes é o suporte sobre o qual se edifica a pesquisa historiográfica.

Na década de 1970, ainda era pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contavam com bibliografia significativa. “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da

imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (Luca, 2005, p. 111).

O historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, credibilidade, além de distanciar-se de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar em alerta. Nesse sentido,

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (Luca, 2005, p. 112).

Dessa forma, Luca (2005) descreve que o impresso merece ser analisado com vagar. O gênero aos poucos se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos. Diante do público leitor pequeno, o sucesso do negócio da revista dependia de se conseguir ampliar ao máximo os possíveis interessados.

Os artigos da *Revista Vozes* estão localizados no Memorial Jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No processo de investigação se mapeou 6 artigos que têm como foco os educadores católicos e leigos. Boa

parte dos artigos produzidos estavam nos *Cadernos da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC)*, espaço dedicado na *Revista Vozes* para fazer a defesa da educação sob o viés da Igreja Católica, ou seja, a defesa da escola privada confessional. Os textos tinham em média 3 a 4 páginas. O Quadro 1 mostra os artigos analisados para o presente estudo (1967-1968).

Os artigos da *Revista Vozes* analisados foram produzidos ao longo da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), período no qual muitos periódicos foram censurados. Os colaboradores do impresso eram padres, bispos, arcebispos, além de intelectuais. De certa maneira, todos os colaboradores tinham algum vínculo com a Igreja Católica, facilitando que seus trabalhos fossem publicados.

Discutir as representações sobre os educadores católicos e leigos nas páginas da *Revista Vozes* é importante. Pensando nessa discussão, abordamos as seguintes temáticas: missão dos educadores religiosos no Brasil; relação entre educadores católicos e leigos; função da educação cristã; responsabilidade dos pais na educação de seus filhos; trajetória da escola católica no Brasil; presença da Igreja Católica na educação brasileira e as lideranças do ensino católico.

No artigo intitulado *Missão dos religiosos educadores no Brasil de 1968*, o irmão Deolindo Caetano Valiati⁷ (1968b, p. 860) observa que “[...] o povo espera que os religiosos educadores fossem exemplos de pessoas realizadas, capazes de conscientizar quanto a seu subdesenvolvimento

Quadro 1 – Artigos analisados para o estudo (1967-1968)

Nº	Autor	Título	Referência	Ano
1	Tristão de Ataíde	Colégios de padres	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 61, p. 283-284, mar.	1967
2	Jean Charron	Nosso engajamento como religiosos educadores	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 61, p. 569-570, jun.	1967
3	Gilles Beaulieu	Escolas católicas em ação	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 61, p. 822-830, set.	1967
4	Deolindo Caetano Valiati	Os educadores religiosos em órbita conciliar	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 62, p. 87-91, jan.	1968
5	Pierre Veuillot	Responsabilidade dos pais na tarefa educacional	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 62, p. 379-381, abr.	1968
6	Deolindo Caetano Valiati	Missão dos religiosos educadores no Brasil de 1968	<i>Vozes</i> , Petrópolis, ano 62, p. 859-860, set.	1968

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

⁷ Entre 1951 e 1953 foi Diretor da Escola Normal La Salle em Canoas. Em 1955, foi nomeado Provincial dos Irmãos Lassaletas, cargo que ocupou por 12 anos. Durante a sua gestão fundou nove escolas. Em 1967, tornou-se Diretor do Departamento de Educação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Em 1969, desligou-se dos Lassaletas e ministrou diversos cursos de técnicas de estudo em várias universidades brasileiras.

e de incentivar na consecução de sua plenitude como povo cristão”. Continua Valiati (1968b, p. 860) a inserção dos religiosos docentes na luta pelo desenvolvimento requer “[...] saber discernir as necessidades prioritárias da humanidade, da Igreja e do país e dar-lhes atendimento segundo critérios de flexibilidade operacional e da transitoriedade de certas obras”.

Além disso, a importância na promoção dos recursos humanos leva cada professor a se transformar em um educador. Os alunos precisam dar elementos à crítica da própria situação privilegiada e da responsabilidade que ela comporta em face do subdesenvolvimento da maior parte da população brasileira (década de 1960), contribuindo para construir uma sociedade mais justa e mais humana. Nesse sentido, a imagem da Igreja conciliar corresponde a uma nova imagem das congregações docentes, das escolas orientadas pelos próprios educadores cristãos (Valiati, 1968b).

Em outro texto publicado na *Revista Vozes* denominado *Escolas católicas em ação*, o padre Gilles Beaulieu⁸ (1967) salienta que os educadores leigos se apropriam da retórica de que os educadores católicos “[...] os recebiam com bondade e gratidão, mas sentiam também que não os aceitavam como profissionais iguais” (Beaulieu, 1967, p. 829). Muitos educadores leigos relatavam que as reuniões pedagógicas de que participavam eram de rotinas administrativas, enquanto outras reuniões tratavam de assuntos de desenvolvimento e planejamento escolar, sendo que eram apenas informados dos resultados.

A maioria dos educadores leigos não considerou como parte da carreira dar aula em escola católica. Aqueles que consideraram o ensino como carreira ressaltaram que se mantinham por causa de suas colocações temporárias, enquanto aguardavam por outras atribuições de ensino. Entre as razões que ofereciam para a negação do ensino na escola católica como carreira estavam: salários reduzidos, carência de garantia no serviço e pequena oportunidade de promoção. A seguir, Beaulieu (1967) faz uma observação sobre essa questão:

Educadores leigos assinalaram que, como pessoas leigas, tinham oportunidades de proporcionar exemplos de vida cristã num caminho diferente daquele do religioso. Sentiam que, por causa de sua grande liberdade social, podiam representar as escolas católicas mais efetivamente na vida comunitária, em geral, e em especial, nas atividades comunitárias (Beaulieu, 1967, p. 829).

De qualquer maneira, salientamos que, na prática, havia um sentimento geral de pouco esforço para explorar e capitalizar nas funções especiais os educadores leigos que pudessem preencher essas vagas.

Continuando essa discussão, no artigo intitulado *Colégios de padres*, Tristão de Ataíde⁹ (1967) defende que as escolas de padres se colocaram na atitude de quem se isola da sociedade, partindo de uma filosofia de defesa, “[...] de gueto, de minoria, e em consequência de classe e de riqueza, como se a função da educação cristã fosse preparar elites aristocráticas, como outrora, isolados da massa” (Ataíde, 1967, p. 284). Quando a função da educação cristã é, antes de tudo, a formação da personalidade completa de cada aluno, é, ao mesmo tempo, em sua finalidade social, a de preparar a integração das elites nas massas e destas naquelas. Uma democratização escolar implicaria as seguintes condições:

a) a escola deve estar a serviço da nação, na busca do bem comum da sociedade; b) deve estar aberta, não somente em princípio e na teoria, mas na prática a todos, sem discriminação de classes e raças; c) esta integração de todos não poderá ser apenas simbólica e artificial, nem passiva, nem expectativa, mas ampla e dinâmica; d) ela exige a prévia democratização de suas estruturas escolares (tipos de curso, programas e métodos pedagógicos); e) exige, enfim, que a escola seja adequada a determinadas circunstâncias da comunidade (econômicas, sociais, históricas, acadêmicas, eclesiais) sendo respeitado um critério de prioridade (Ataíde, 1967, p. 284).

Dessa forma, destacamos que os educadores católicos se apropriam de uma bandeira defendida pelos educadores liberais desde a década de 1950, em que estes defendiam uma escola pública, gratuita, obrigatória e laica, e principalmente que os recursos públicos fossem destinados apenas às escolas públicas.

O irmão Jean Charron¹⁰ (1967), importante defensor da escola católica, no texto *Nosso engajamento como religiosos educadores*, publicado na *Revista Vozes*, levanta a seguinte questão: quem transformará nossos alunos? Não será o ambiente escolar onde vivem, nem a educação cristã, mas cada educador fazendo crescer essa juventude. Alguns esperariam para se engajar que “[...] os superiores ditassem regulamentos, que a Ação Católica descobrisse

⁸ Foi diretor e professor do Colégio Santa Cruz em São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960.

⁹ O verdadeiro nome é Alceu Amoroso Lima. Foi um pensador católico e intelectual com uma das mais longas carreiras jornalísticas na imprensa brasileira. Também foi inicialmente crítico e depois simpatizante dos movimentos de esquerda que surgiram no Brasil nos anos 1960, como forma de combater a Ditadura. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e um dos fundadores do Movimento Democrata-Cristão da América Latina.

¹⁰ É professor titular do Departamento de Informação e Comunicação da Universidade Laval, localizada na cidade de Quebec, no Canadá. Possui mestrado e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade Laval. Também, realizou pós-doutorado na Universidade Bordeaux, na França.

sua fórmula definitiva, que o Ministério da Educação reconhecesse nossa missão e que a Santa Sé definisse solenemente nossos estatutos” (Charron, 1967, p. 570).

Sobre o mesmo tema, continua o irmão Deolindo Caetano Valiati (1968a) no artigo intitulado *Os educadores religiosos em órbita conciliar*, quando representa que, em relação ao educador religioso, espera-se que ele forme seus discípulos para que, “[...] a exemplo de Cristo, unifiquem todas as atividades terrestres, unindo numa só síntese vital todos os esforços humanos, familiares, profissionais, com os valores religiosos: quer dizer, que é sua vocação fazer a unidade entre a Igreja e o mundo” (Valiati, 1968a, p. 87).

Os educadores católicos estão a serviço do leigo no mundo. Nele procuram representar, sem dicotomias, o filho de Deus e o filho do homem, ao mesmo tempo, formação espiritual e investimento humano. Segundo os defensores da escola católica, ela é o lugar onde cultura e fé aprendem a viver juntas e se compenetraram. Quando tiverem encarado de frente sua formação humana e sua vida cristã é que os alunos terão aprendido a fazer a unidade de sua vida. É sobretudo em relação aos educadores leigos que se têm obrigações ao prepará-los para a missão educativa cristã (Valiati, 1968a).

Para Valiati (1968a), no que diz respeito à escola, na prática, é preciso retificar os desvios que sua natureza torna inevitável. Tanto a instituição como os seus órgãos são vitais no sentido de estar a serviço das pessoas. A organização escolar é essencial devido às seguintes características: “[...] distribuição das tarefas administrativas e pedagógicas, entre todos os membros da comunidade, mesmo que isto importe em profundas modificações em seu estilo” (Valiati, 1968a, p. 88). É imprescindível que a escola se ajuste ao ambiente que serve. Se os educadores religiosos quiserem condizer com a renovação catequética, precisam antes fazer com que a organização do meio escolar seja inspirada no mistério que querem anunciar.

No final da década de 1960, a escola perdeu o privilégio de ser o único lugar de informação, desde o surgimento da classe média e o reino da informação generalizada. Abandonou também o privilégio de ser o único meio de formação, desde o aparecimento dos grupos naturalizados, nos quais o jovem se situa com mais facilidade do que na escola. A escola deve reencontrar sua função específica no mundo que é mais de caráter formativo do que informativo, do mesmo modo que

[...] deverá organizar a experiência do jovem. Em grande parte deverá consagrar sua ação na repetição, refletida e crítica, das informações, imagens e impressões que o jovem recebeu e retém do contato com as propagandas do rádio, cinema, televisão e imprensa. Ela completará e sistematizará os conhecimentos.

Ensinará a aprender, em vez de querer tudo ensinar. Dirigirá as contribuições da civilização, educando a atenção, o espírito crítico, o senso da pesquisa, as experimentações, e explicitará os valores confusamente vividos. Garantirá a formação integral e unificada do homem. Procurará no mesmo ato educativo transmitir a dupla mensagem da ciência e da fé, reduzindo à unidade o esforço educativo. Visará à unificação da personalidade do educando, fazendo uma obra de verdade, que assegurará a coerência e o equilíbrio de sua existência (Valiati, 1968a, p. 89).

Nessa perspectiva, o novo tipo de educador fará um esforço de compreensão da juventude, abrindo-se ao diálogo com os jovens. Dará margem à iniciativa e à dinâmica do grupo. Visará à formação de homens unificados, construídos numa síntese humana integral. Não é suficiente formar homens educados, “[...] preocupados com seus deveres religiosos, porém indiferentes ao mundo, que vivem alheios às angústias e alegrias de seus irmãos” (Valiati, 1968a, p. 90).

Os educadores religiosos serão fiéis à Igreja no Brasil se forem fiéis ao homem em situação; se conhecerem os problemas da Igreja, os problemas do Brasil e lhes derem soluções adequadas. Certamente o educador religioso estará mais no cerne de sua missão quando se aplicar, de preferência, na orientação cristã e pedagógica do ensino toda a estrutura da escola, para além de dar aulas. Dessa forma, Valiati (1968a, p. 91) coloca que, na prática, “[...] sua função evangelizadora se exercerá tanto sobre os alunos e seus pais como sobre os próprios professores leigos, os movimentos de juventude, de catequese, de liturgia e de vocações”. Afinal, parece que as orientações do Concílio em relação à educação podem-se resumir nos seguintes termos:

- retorno aos pobres e testemunho de pobreza;
- retorno aos leigos e promoção de suas responsabilidades humanas e cristãs;
- retorno à realidade e adaptação às circunstâncias dos tempos e lugares;
- do direito da Igreja e do dever dos pais à vocação da escola cristã;
- da escola cristã eficaz: à escola cristã sinal;
- da escola cristã ao mundo escolar (Valiati, 1968a, p. 91).

Nessa lógica, destacamos que a Igreja Católica defendia que a família era anterior à escola por isso, os pais tinham o direito de escolher a escola que melhor lhes satisfizesse, que, nesse caso, seria a escola católica na visão dos seus defensores.

Em outro texto publicado na *Revista Vozes*, denominado *Responsabilidade dos pais na tarefa educacional*, o cardeal Pierre Veuillot¹¹ (1968, p. 381) coloca que, na prática, “[...] os pais têm dificuldades em se situarem na verdade de sua missão educadora, com relação a outras fontes de autoridade, cuja influência tende hoje a tornar-se determinante”. Refere-se Veuillot (1968) ao corpo docente e aos poderes públicos:

Em relação aos mestres, regozijamo-nos por constatar o caráter mais diversificado, mais técnico, mais cabal do ensino ministrado a vossos filhos. O progresso do conhecimento se situa nesse nível, como também a qualificação profissional dos jovens que preparam seu futuro. Mas, desta situação de fato resulta uma apropriação indebita crescente, da parte dos mestres e educadores especializados, da pessoa dos filhos que lhes são confiados. Daí resulta, correlativamente, uma incapacidade e até mesmo uma atitude demissionária dos pais, incapazes de seguir, e menos ainda de controlar, os estudos que eles mesmos não fizeram. Como lhes é vedado dar um conselho idôneo na hora das opções, ficam cada vez mais ao sabor do juízo dos outros, com respeito à apreciação do futuro de seus filhos (Veuillot, 1968, p. 381).

Portanto, salientamos que o fundamento acima apresentado é que se acompanhe um progresso da instrução, da educação cultural e da formação profissional, que é um bem. Se este contraria o papel dos pais, é importante sanar a situação por novas formas de colaboração com o corpo docente das escolas. Não é papel da escola opor-se às evoluções necessárias. Deve mesmo estar a seu serviço. Contudo, compete ter em mente a responsabilidade e nobreza da função docente. Importa defender os valores familiares essenciais a toda educação, na qual se conjugam tanto as potencialidades de cada um como as necessidades da sociedade.

A trajetória da escola católica no Brasil é complexa nas suas relações institucionais com o Estado e com os segmentos da sociedade organizada. Ao longo da sua história, os momentos de tensão foram muitos e de diversas origens. Se a escola colaborou com as elites na manutenção da ordem estabelecida, “[...] também ofereceu resistência às classes hegemônicas, educou parcela das camadas populares e contribuiu de forma decisiva para a formação da nação brasileira” (Alves, 2005, p. 210).

No período de 1962 a 1979, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) inicia seu plano de emergência. Nessa época inicia a expansão da escola

privada confessional. Um dos temas deste plano é o da renovação dos educandários católicos,

[...] propondo uma escola com espírito de família e em estado de missão. Inicia-se a preocupação com a formação extramuros de religiosos e leigos educadores, por meio de cursos e congressos. Fortaleceram-se as associações de pais e o apoio ao movimento estudantil. As primeiras greves de professores ocorreram nesse período. Fazer da escola católica uma comunidade escolar é a tônica da Assembleia da AEC em 1965. Pouca importância ocupavam, então, as questões de natureza política e jurídica (Alves, 2005, p. 212).

Ainda nesse espaço de tempo é promulgada a LDB, Lei n. 4.024/61, que vem dar às escolas maior autonomia na sua organização administrativa, didática e disciplinar, instigando a escola católica a se organizar. Ampliam-se, por força destes fatores conjunturais, as experiências pedagógicas em distintas instituições educacionais católicas.

A partir dos anos 1960, e de forma mais evidenciada na década de 1970, assiste-se ao processo de retração da Igreja Católica no campo da educação. Muitas instituições católicas fecham as portas, levando muitos educadores católicos e leigos ao desemprego. Nesse vácuo quantitativo criado pela Igreja e no espaço criado pelo poder público, ocorre o crescimento da iniciativa privada leiga no campo da educação no Brasil.

Um ponto que merece uma reflexão é a relação entre a vida religiosa (congregações religiosas) e o ensino católico. É complexo dissociar o futuro do ensino católico da crise pela qual passam as congregações religiosas, especialmente aquelas dedicadas ao ensino. Existe, de acordo com Alves (2006, p. 130), na prática, “[...] um excessivo atrelamento entre a dinâmica de governo, o processo decisório e a estrutura institucional das congregações religiosas mantenedoras e a gestão dos estabelecimentos católicos de ensino”.

Nas escolas católicas constata-se uma lacuna nas lideranças. Seus dirigentes se constituíram à frente das instituições em que atuaram muitas vezes por décadas e a renovação de quadros é restrita. Há uma tendência de perpetuação de pessoas em cargos e funções. Nem sempre tais pessoas indicam adaptação em responder às novas demandas das instituições de ensino. Entre as novas gerações de dirigentes das escolas católicas constatam-se “[...] graves lacunas em competências, habilidades e posturas, tanto humanas quanto profissionais, principalmente os religiosos, membros destas congregações” (Alves, 2006, p. 132).

¹¹ Ordenado sacerdote em Paris em 1939, Veuillot serviu como membro do clero paroquial até 1942, quando foi trabalhar na Secretaria de Estado do Vaticano. Também foi cardeal católico romano e arcebispo de Paris.

No que diz respeito à atuação do laicato do ensino católico, o quadro não é animador. O que ocorre é que não se conseguiu recuperar no âmbito do ensino católico o papel dos educadores leigos em animar as realidades técnicas e profissionais. Nesse sentido, Alves (2006, p. 132) coloca que

[...] de um lado predomina o olhar de suspeição para com os leigos; de outro lado o ensino católico carece de consistentes programas de formação e acompanhamento dos leigos, mormente dos dirigentes. Carece, igualmente, de estruturas e processos de gestão adequados ao acompanhamento de sua atuação em todos os níveis, com ênfase nos financeiros e patrimoniais. Carece, ainda e uma vez mais, de uma competitiva gestão de pessoas, voltada para o recrutamento, seleção e retenção dos profissionais; o que costuma desembocar no lamento quando um dos seus colaboradores se esvai para as fileiras do concorrente, deixando um sentimento de traição (Alves, 2006, p. 132).

No que se refere às lideranças do ensino católico, a crise da vida religiosa anteriormente abordada também se reflete nelas. Dessa maneira, não há como fugir da evidência do forte impacto sobre as relações do ensino católico com o mercado educacional exercido pela baixa qualidade dos seus quadros, de suas lideranças, quando comparados com profissionais e líderes das demais instituições privadas concorrentes. A questão das lideranças e da formação de quadros não se limita aos aspectos financeiros e materiais, entretanto transpira, nos espaços acadêmicos e mesmo religiosos, com reflexo na qualidade do serviço educacional e na manifestação da identidade do ensino católico.

Concluindo essa questão, destacamos que as pessoas são o principal ativo de uma instituição de ensino e, por esse motivo, deveriam ser prioridade nas políticas gerenciais dela. Não há como esperar futuro promissor para o ensino católico no Brasil sem uma renovação nas suas lideranças religiosas ou leigas, tanto técnicos como docentes, mediante a implementação de uma nova política em gestão de pessoas.

Considerações finais

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) lançou ataques contra a educação democrática. Os acordos MEC/USAID inspiraram as Leis n. 5.540/68 e n. 5.692/71, reformas que, no contexto do financiamento, provocaram forte privatização da educação brasileira. No que se refere à estrutura e administração escolar, a repercussão foi a expansão privada do ensino superior e do ensino médio.

A Editora Vozes procurou, a partir da década de 1960, formar um time de assessores leigos, profissionais

nas suas respectivas áreas de atuação, o que causou uma ruptura em relação a outras gestões que confiavam apenas a frades franciscanos os principais cargos da empresa. Nesse sentido, a Editora buscou investir em publicações religiosas caracterizadas pela pluralidade; investiu em obras destinadas ao público universitário, tanto na tradução de autores estrangeiros como na publicação de obras de docentes e pesquisadores nacionais. Também se aplicou na expansão da rede de circulação nacional e internacional dos livros produzidos, além de defender opções assumidas pela Editora frente às dificuldades enfrentadas com setores conservadores da Igreja Católica e dos militares.

Ressaltamos que é preciso deixar claro que as ideias expressas nas páginas da *Revista Vozes* não fogem do que os editores pensavam. Todos os artigos publicados receberam aprovação dos redatores. Quando os artigos eram publicados, representavam a visão do editor e de todo o grupo naquele momento por eles representado, transformando o impresso em um espaço para as disputas. O que se coloca nas páginas do periódico entre as décadas de 1960 e 1980 é a visão de mundo de um grupo que, no momento, tenta se sobrepor aos demais, tanto na ordem dos franciscanos como na Igreja Católica, assim como nos demais estratos da sociedade, incluindo o próprio Estado.

Por meio dos artigos analisados é possível perceber que, entre as representações construídas ao longo dos anos, está a ideia de que o ensino católico foi julgado pelas elites como de excelente qualidade, em razão da dedicação dos educadores católicos e, por sua vez, a Igreja Católica estava convencida de que deveria preservar sua influência formando os futuros quadros dirigentes do país. Sendo assim, a escola católica servia aos interesses do Estado, das classes dominantes e médias e aos seus próprios.

Procuramos direcionar as representações, na perspectiva de Roger Chartier, fossem individuais ou culturais, que proporcionassem a leitura sob novas lentes de documentos que antes foram relegados ao esquecimento. Portanto, o pesquisador do início do século XXI tem um olhar de ressignificação sobre esses documentos, uma vez que o mesmo elabora recortes, no tempo e no espaço, que o impulsionam a uma nova problemática, a de lidar com o passado no presente.

Por fim, a expansão da escola pública, o crescimento do setor privado na educação dominado pelos empresários do ensino, a escassez de recursos para a manutenção, a falta de uma política clara por parte da Igreja Católica para sua presença na área da educação, geraram situações difíceis para a escola católica. Por esses motivos, diversas escolas católicas encerraram suas atividades. Outra questão relevante nesse debate: os leigos se tornaram mais numerosos nas escolas católicas, até mesmo nos quadros dirigentes das suas instituições educacionais. O resultado

foi que os conflitos cresceram, ora com alunos e famílias por causa do aumento das mensalidades, ora com as diferenças salariais entre educadores católicos e leigos, além dos problemas com os mais variados órgãos públicos.

Referências

- ALVES, M. 2005. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. *Diálogo Educ.*, 5(18):209-228.
- ALVES, M. 2006. Perspectivas para o ensino católico no Brasil. *Diálogo Educ.*, 6(19):127-140.
- ANDRADES, M. F. 2004. Fidelidade como receita de sucesso: um estudo de caso da Editora Vozes nas primeiras décadas do século XX. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro. 1:1-16.
- ANDRADES, M. F. (coord.). 2001a. *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 414 p.
- ANDRADES, M. F. 2001b. *Do claustro à universidade: as estratégias editoriais da Editora Vozes na Gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1962-1986)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 362 p.
- ANDREO, I. L. 2015. *Atualização católica e Teologia da Libertação no Brasil e no México: um estudo histórico-comparativo entre a Revista de Cultura Vozes e a Revista Christus (1966-1980)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, 253 p.
- ANDREO, I. L. 2014. O debate acerca da diversidade étnica nas revistas católicas Vozes (Brasil) e Christus (México) entre os anos 1966 a 1970: um estudo histórico-comparativo. In: XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2014, Niterói. Anais eletrônicos, Rio de Janeiro, XI ANPHLAC. 1:1-19.
- AQUINO, M. 2012. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*, 32(63):143-170.
- ATAÍDE, T. 1967. Colégios de padres. *Vozes*, 61:283-284.
- AZEVEDO, T. 2002. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Salvador: Edufba, 76 p.
- BACELLAR, C. 2005. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 23-79.
- BEAULIEU, G. 1967. Escolas católicas em ação. *Vozes*, 61:822-830.
- BRASIL. 1967. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília: Senado, 85 p.
- CANCIAN, R. 2016. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *Revista Angelus Novus*, VII(II):95-116.
- CHARRON, J. 1967. Nosso engajamento como religiosos educadores. *Vozes*, 61:569-570.
- CHARTIER, R. 1991. O mundo como representação. Tradução: Andréa Daher e Lenir Campos Reis. *Estudos Avançados*, 11(5):173-191.
- CHARTIER, R. 1998. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora UNESP, 159 p.
- CHARTIER, R. 2009. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 77 p.
- CHARTIER, R. 2011. Defesa e ilustração da noção de representação. Tradução: André Dionei Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. *Fronteiras*, 13(24):15-29.
- COMPARATO, F. K. 1987. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 121 p.
- CUNHA, L. A. 2007. Sintonia oscilante: religião e civismo no Brasil (1931-1997). *Cadernos de Pesquisa*, 37(131):285-302.
- CUNHA, L. A. 1980. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, F. Alves, 293 p.
- FONSECA, S. G. 1995. *Caminhos da história ensinada*. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 169 p.
- HORTA, J. S. B. 2001. A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, O. (org.), *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 201-239.
- LIRA, A. T. N. 2010. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 367 p.
- LUCA, T. R. 2005. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.), *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153.
- MENDES, C. M. et al. 2016. Do antissocialismo ao anticapitalismo: um estudo sobre o *Rerum Novarum*. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 9(25):271-304.
- NASCIMENTO, T. R. 2012. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, 45:340-346.
- NEOTTI, C. 2007. Revista Vozes: uma jovem centenária revista de cultura. *Ciberteologia – Revista de Teologia e Cultura*, II(14):48-51.
- NEVES, L. A.; PASSOS, M. 2004. Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985). *Horizonte*, 3(5):67-81.
- RAGAZZINI, D. 2001. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Tradução: Carlos Eduardo Vieira. *Educar*, 18:13-28.
- SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. 2010. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 170 p.
- SAVIANI, D. 2008. O legado educacional do regime militar. *Cad. CEDES*, 28(76):291-304.
- SAVIANI, D. 2004. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 242 p.
- SOUZA, M. I. S. 1981. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 145 p.
- SOUZA, S. A. 2015. Democracia e qualidade: as consequências da ditadura militar ao sistema educacional, na frágil transição democrática brasileira. *SER Social*, 17(36): 49-67.
- TANNÚS, F. V. 2008. *Vozes Católicas sobre Ensino Superior: A Revista Católica de Cultura Vozes (1961-1969)*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), 260 p.
- VALIATI, D. C. 1968a. Os educadores religiosos em órbita conciliar. *Vozes*, 62:87-91.
- VALIATI, D. C. 1968b. Missão dos religiosos educadores no Brasil de 1968. *Vozes*, 62:859-860.
- VEUILLOT, P. 1968. Responsabilidade dos pais na tarefa educacional. *Vozes*, 62:379-381.

Submetido em: 01/06/2020

Aceito em: 19/07/2020